

TEMPO INTEGRAL EM TERRITÓRIO URBANO E RURAL: O QUE OS INDICADORES TÊM A DIZER?

Bruna Vicente
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
vicentebruna22@gmail.com

Pamela Mota
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
pamelamota23@yahoo.com.br

[Rosângela Felix](#)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
rosacris.passos@gmail.com

INTRODUÇÃO

A meta 6 do Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005/2014) estabelece que estados, Distrito Federal e municípios devem adequar seus planos de educação locais no sentido de oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica.

Anualmente, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) divulga uma série de indicadores educacionais relacionados ao ensino em tempo integral. Esses dados dão valor estatístico à qualidade do ensino e podem ser úteis para o monitoramento dos sistemas educacionais e para a criação de políticas públicas. Entre os indicadores educacionais divulgados, referentes ao Censo Escolar de 2019, constam dados sobre a média de hora-aula diária na educação básica, indicador que expressa o tempo médio de permanência de alunos na escola. A análise dessas informações possibilitaria conferir a diferença no tempo médio de permanência de alunos em escolas localizadas em área urbana e em área rural.

Desse modo, este texto objetiva investigar como as desigualdades educacionais são desenhadas por meio de políticas, programas e práticas de gestão que variam a depender do território. Assim, busca-se identificar as desigualdades territoriais e educacionais, em especial no que diz respeito ao tempo de permanência na escola, a fim de apresentar quais são os desafios e as possibilidades da ampliação da jornada escolar em territórios rurais. Para a análise

proposta, utilizam-se dados estatísticos divulgados pelo INEP, qualificando-os com base na percepção dos atores da política educacional do município investigado.

Tendo em vista que a investigação está em fase inicial, a metodologia do trabalho apresentado aqui pauta-se na pesquisa bibliográfica e na revisão de literatura. Não obstante, durante o processo de coleta de dados em curso, sugere-se, além da pesquisa exploratória de indicadores educacionais, referente ao Censo Escolar de 2019: 1) identificação de municípios que apresentem as maiores variações entre a média de hora-aula (área urbana x rural), no estado do Rio de Janeiro; 2) pesquisa documental como técnica exploratória, voltando-se, principalmente, para o estudo das legislações, planos, programas, projetos e ações desenvolvidas pelo sistema de ensino escolhido para análise; e 3) aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas direcionadas aos atores da política educacional do município selecionado.

DESENVOLVIMENTO

A ampliação do tempo de jornada escolar tem sido apontada, por muitos pesquisadores, como elemento favorável ao alcance de uma educação integral, ou seja, aquela que forma o indivíduo em sua totalidade. Nesse sentido, Coelho (2004, p. 4) aponta:

[...] é importante destacar que tempo integral na escola pressupõe, em nossa visão, a adoção de uma concepção de educação integral: com o tempo escolar ampliado, é possível pensar em uma educação que englobe formação e informação; que compreenda outras atividades – não apenas as pedagógicas – para a construção da cidadania partícipe e responsável.

Nessa perspectiva, Setubal e Carvalho (2012, p. 116) destacam:

O tempo é condição necessária para efetivar-se uma educação integral. Apenas quatro horas de jornada diária escolar não bastam. Apoiado em inúmeras pesquisas e debates nacionais e internacionais, generalizou-se o consenso de que mais tempo, durante o qual a criança é conduzida por um educador, equivale a uma quantidade maior de oportunidades de aprendizagem.

Em 2014, foi aprovado o PNE, com 20 metas que visam enfrentar os desafios para o acesso, a permanência e a qualidade em educação; as desigualdades educacionais em cada território, com foco nas especificidades de sua população; a

formação para o trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais; e o exercício da cidadania.

No diz respeito à oferta de educação em tempo integral, o Plano Nacional de Educação apresenta na meta 6: “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.”

No contexto das suas estratégias, o PNE 2014-2024 define, na estratégia 6.1, que a educação em tempo integral tem a duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo período letivo, em que os alunos devem permanecer na escola ou em atividades também sob orientação pedagógica fora do espaço escolar.

Koslinski e Alves (2012, p. 807-808) observam a emergência, nos anos de 1960, de uma tradição no campo da sociologia, denominada “empirismo metodológico”, que, a partir de evidências empíricas, investigou o papel da educação em reduzir ou manter estruturas de desigualdades.

Fernandes (2003) ressalta que é um desafio conhecer o grau de diversidade da sociedade e compreender como as diferenças se transformam em desigualdade de oportunidades e formas de exclusão social. A autora afirma que a teoria econômica tem concentrado na desigualdade de renda a discussão sobre a desigualdade entre os indivíduos em sociedade desde os primeiros escritos. Entretanto, o real tamanho da desigualdade de oportunidades com que as pessoas se defrontam não pode ser deduzido da magnitude da desigualdade de renda ou de rendimento de trabalho. Para Fernandes (2003), o que os indivíduos podem ou não fazer não depende apenas de suas rendas, mas também de uma grande variedade de fatores que afetam suas vidas. E que, no caso específico da escolarização ou do acesso à educação, a maior ou menor facilidade de acesso à escolarização e a garantia de qualidade dessa escolarização pode ser considerada como aproximação de maiores oportunidades individuais e de condições de vida mais favoráveis.

CONCLUSÕES EM ABERTO

O PNE não propõe a ampliação da jornada escolar para todos, mas para uma parcela de alunos da educação básica. Alguns questionamentos mobilizam nossas considerações e ficaram, por ora, em aberto: o que os indicadores educacionais apontam sobre a parcela de matrículas em tempo integral? O território, seja urbano

ou rural, é um fator que interfere na oferta educacional em tempo integral? Os indicadores apontam uma possível desigualdade de oportunidades de educação em tempo integral, a depender do território?

Como resultado parcial de uma pesquisa cuja coleta de dados está em desenvolvimento, observou-se, através de indicadores educacionais do Censo Escolar de 2019, a apresentarem dados sobre tempo de permanência na escola/tempo integral, que o território parece influenciar na oferta de educação em tempo integral. As escolas em áreas rurais apresentam pouca demanda dessa jornada, quando comparadas às urbanas no estado do Rio de Janeiro. Nesse viés, o estímulo pela oferta de tempo integral em escolas localizadas em área rural, atrelado a um currículo que potencialize o contexto ao qual a unidade de ensino está inserida, poderia estimular uma quantidade maior de oportunidades de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

COELHO, Lígia Martha. Educação integral: concepções e práticas na educação fundamental. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 27, 2004, Caxambu. **Anais eletrônicos** [...]. Caxambu: ANPEd, 2004. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/gt13/t137.pdf>. Acesso em: 17 maio 2015.

COELHO, Lígia Martha C. da Costa. História(s) da educação integral. **Em Aberto**, Brasília, V. 22, n. 80, 2009.

FERNANDES, C. M. Desigualdade de rendimentos e educação no Brasil: alguns indicadores de diferenças regionais. **Revista Econômica**, v. 3, n. 2, p. 231-250, dez. 2001.

KOSLINSKI, Mariane Campelo; ALVES, Fátima. Novos olhares para as desigualdades de oportunidades educacionais: a segregação residencial e a relação favela-asfalto no contexto carioca. **Educa. Soc.**, v. 33, n. 120, p. 805-831, 2012.

SETUBAL, M. A.; CARVALHO, M. do C. B. de. Alguns parâmetros para a educação integral que se quer no Brasil. **Em Aberto**, Brasília, v. 25, n. 88, p. 113-123, jul./dez. 2012.